



SOBRE A CRIAÇÃO DE CIDADES COLONIAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

ON THE MAKING OF COLONIAL CITIES IN THE BRAZILIAN AMAZON

WALACE RODRIGUES

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9082-5203>

Doutor Humanidades pela Leiden University
Professor da Universidade Federal Fluminense

Resumo: Por meio deste artigo, buscamos pensar sobre a construção de cidades na Amazônia Legal brasileira. Focamos, aqui, no caso da cidade Tocantinense de Natividade, pertencente a um estado que faz parte da região amazônica. Nossa pesquisa para este artigo foi de cunho bibliográfico e nossa análise foi qualitativa, buscando compreender a dinâmica de construções de cidades na Amazônia por meio de suas atividades econômicas a partir do período colonial português em terras brasileiras. Os resultados desta pesquisa revelam que muitas foram as cidades construídas na região amazônica durante o período colonial e que tais cidades detinham (algumas ainda detêm) dependência de atividades econômicas específicas e que, em alguns casos, tais atividades ainda revelam importância fundamental para a economia da região ou se modificaram com o passar dos tempos e a extinção de seus recursos naturais.

Palavras-chave: Cidades pequenas; Amazônia; Atividades econômicas.

Abstract: Through this paper, we seek to think about the construction of cities in the Brazilian Legal Amazon. We focus here on the case of the Tocantinense city of Natividade, belonging to a state that is part of the Amazon region. Our research for this article was bibliographic in nature and our analysis was qualitative, seeking to understand the dynamics of city construction in the Amazon through its economic activities from the Portuguese colonial period on Brazilian lands. The results of this research reveal that many cities were built in the Amazon region during the colonial period and that such cities were (some still are) dependent on specific economic activities and that, in some cases, such activities still reveal fundamental importance for the economy of the Amazon region. region or have changed over time and the extinction of its natural resources.

Keywords: Small cities; Amazon; Economic activities.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Este artigo foi escrito para o dossiê intitulado “Cidades e Desenvolvimento na Amazônia”, para a revista “Informe GEPEC”, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, e busca trazer, por meio de uma revisão bibliográfica e de uma análise qualitativa, aspectos das



dinâmicas coloniais de desenvolvimento no Brasil, principalmente no que se refere a algumas cidades na região amazônica.

Colocamos como foco deste trabalho o caso da construção e das dinâmicas de desenvolvimento de Natividade, cidade pertencente ao estado do Tocantins, estado este que faz parte da região da Amazônia Legal, apesar de sofrer influência de diferentes biomas: cerrado, mata de transição (entre o cerrado e a floresta tropical) e floresta tropical amazônica.

Vale lembrar que a região amazônica brasileira sempre foi, historicamente, uma região de difícil acesso, o que fez com que as cidades amazônicas tivessem processos distintos de desenvolvimento. Além disso, há que se pensar na grande variedade de atividades econômicas e pessoas que habitam esta imensa região, dando “cara” a Amazônias distintas.

Assim, este artigo tentará começar uma discussão sobre como as cidades existem na Amazônia brasileira desde o período colonial. Tais cidades estão localizadas na maior região verde do planeta, mas que elas detêm dinâmicas diferentes daquelas de outras regiões brasileiras e se distinguem entre si no grande território amazônico.

2 – NATIVIDADE/TO COMO CIDADE COLONIAL AMAZÔNICA: SUA CONSTRUÇÃO E DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO

Podemos começar esta parte deste texto informando que o período colonial brasileiro se estendeu de 1500 a 1822, período este em que os portugueses dominaram grande parte do território brasileiro, mesmo que lutando contra franceses e holandeses pelo domínio de determinadas partes do país. A influência portuguesa sobre o que chamamos atualmente de Brasil é contundente, principalmente porque os portugueses conseguiram unir o país por meio do mesmo idioma: a língua portuguesa, mesmo com muitas variações regionais e locais. No entanto, os portugueses coloniais desenvolveram várias formas de exploração dos recursos das terras brasileiras, criando povoados e expandindo-os para arraíás, vilas e cidades com o correr dos anos.

Vale lembrar que os portugueses legaram ao Brasil uma estrutura social de dominação masculina, patriarcal, escravocrata, elitista, preconceituosa, racista e classista. E que esta “herança” pode ser detectada nas mais diversas esferas sociais brasileiras ainda na atualidade. Do mesmo modo, as primeiras urbanizações do período colonial começaram a se desenvolver por meio de atividades econômicas específicas (exemplo: mineração, extração de materiais da flora e minerais



brasileiros, plantações específicas, entre outras atividades), o que muitos historiadores chamam de "ciclos". O estudioso do Museu Nacional do Rio de Janeiro João Pacheco de Oliveira relata como essa classificação histórica por "ciclos" auxiliou a apagar relatos históricos específicos (como no caso dos relatos indígenas):

Um instrumento aparentemente cômodo é a noção de “ciclo”, que terá como função descrever a diversidade de formas econômicas e societárias registradas na história. Mas para utilizá-lo é preciso alojar-se no interior de um processo abstrato, cumulativo e ascendente, de sentido teleológico. A história torna-se uma sucessão de ciclos (agrícolas e extrativistas) – o pau-brasil, o açúcar, o couro, as drogas do sertão, os minérios preciosos, o café e a borracha. Mais tarde seria a vez das distintas fases da industrialização; hoje em dia seriam as etapas da globalização... O interesse do estudioso em cada uma dessas formas converge para o momento em que ela penetra numa zona de intensa visibilidade, tornando-se o modo de produção dominante e oferecendo ao investigador fontes extensas e variadas. Fora desse momento de “apogeu” os relatos são sempre simplificadores, atribuindo-lhe a condição de “resíduos” que estão em vias de desaparecimento. (OLIVEIRA, 2010, p. 12-13)

Esses relatos históricos privilegiam determinadas narrativas, onde os “ciclos” detêm posições privilegiadas. As narrativas hegemônicas dos colonizadores se sobrepõem, neste sentido, a aquelas dos indígenas, negros etc.

Em relação às cidades coloniais brasileiras, elas sofreram grande influência desta lógica dos “ciclos” e passaram a incorporar esta “herança” social portuguesa (descrita anteriormente) em suas formações e estruturas, e as perpetuaram em nossas cidades. Daí termos, hoje em dia, grandes cidades urbanas brasileiras que claramente segregam grupos de pessoas em bairros, com poucos investimentos em parques urbanos dentro das cidades (desvalorizando as sociabilidades possíveis de grupos diferentes), pouca acessibilidade para pessoas com problemas de locomoção (excluindo os “diferentes” de determinados espaços urbanos), privilegiando o transporte em carro próprio em lugar de um transporte coletivo limpo, eficiente e acessível a todos, entre tantos outros problemas atuais.

Neste mesmo caminho, a cidade de Natividade, foco deste artigo, nasceu como um povoamento extrativista, conforme as passagens a seguir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Teve sua origem no século XVIII, no ano de 1734, com a chegada de imigrantes portugueses nessa região à procura de ouro. Dentre esses portugueses, Manoel Ferraz de Araújo estabeleceu-se no local com sua mineração, iniciativa que deu origem ao Arraial de São Luiz, edificado no topo da Serra pelas mãos dos **escravos, cerca de quarenta mil, trazidos por esses desbravadores**. Em 1735, chegou ao arraial uma imagem de Nossa



Senhora da Natividade, que veio de barco pelo Rio Tocantins e depois em ombros escravos até o Arraial. **Para garantirem sua permanência no local, os moradores tiveram que enfrentar ataques dos índios.** Essa imagem é a mesma venerada nos dias de hoje na igreja Matriz de Natividade, uma das mais antigas do Estado, datada de 1759. **No início da colonização, toda uma tribo da etnia Xavante foi aniquilada por se ter negado à escravidão determinada pelos portugueses, que possuíam escravos trazidos da África para trabalharem na extração do ouro.** (...) Entre os anos de 1809 e 1815, o Arraial de São Luiz, hoje Natividade, foi sede provisória do que seria a Comarca de São João das Duas Barras, época em que o território de Goiás foi dividido em duas comarcas, conforme Alvará. Nesse alvará, datado de 18 de março de 1809, no Rio de Janeiro, o príncipe regente D. João VI criou a Comarca de São João das Duas Barras, ainda em Natividade. Duas Barras seria instalada nas proximidades da confluência. Em 1815, a sede da Comarca foi transferida para São João da Palma, hoje Paranã. Em 1821, Natividade volta a ser sede administrativa do Norte Goiano, agora na condição de Governo Provisório. (...) No ano de 1832, o Arraial passou à condição de Vila de Natividade. Em 22 de julho de 1901, foi criada a Comarca de Natividade, instalada em 23 de dezembro de 1905, desligando-se da Comarca de Porto Nacional. Contudo, em 1930, se deu a supressão da Comarca de Natividade, que foi transformada em Termo novamente sob a jurisdição da Comarca de Porto Nacional. Em 26 de agosto de 1933, com seus limites territoriais estabelecidos, tornou-se o Município de Natividade. (IBGE, s.d, s.p, grifo nosso)

A partir da passagem anterior, vemos que Natividade, atualmente com uma população de cerca de 9.244 habitantes (cf. IBGE, 2020), chegou a ter mais de 40 mil habitantes no século XVIII, em plena busca e exploração da atividade aurífera. O viés religioso católico, também típico do período colonial brasileiro, foi fortemente marcado pela chegada da imagem de Nossa Senhora da Natividade, padroeira da cidade. Fincada em meio à terra indígena, os portugueses tiveram problemas para se estabelecerem na região, principalmente pela conhecida bravura dos Xerente como guerreiros valentes.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos tornou-se símbolo histórico de Natividade e representa, também, um exemplo da religiosidade católica típica do período colonial e que auxiliava na reunião de pessoas em torno da fé para ajudar na coesão dos grupos sociais que habitavam a cidade e a região. Começada a ser construída por negros escravos, as paredes do que seria a futura Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, revela a força do trabalho braçal e da fé dos negros na cidade:

Segundo a tradição oral, entre portugueses e escravos africanos, havia quarenta mil trabalhadores nas minas: conta-se também que caravanas de mais de cem burros com suas bruacas carregadas com 'arrobas de ouro' seguiam de Natividade para Salvador, na Bahia, e dali para Portugal. Com o declínio da mineração, desceram a serra para desenvolver a agricultura e o comércio. Esses portugueses e missionários que chegaram para se dedicar à extração do ouro e à catequese deixaram fortes sinais. Longe de suas famílias e do alto clero, muitos deles tiveram filhos com as escravas que traziam, oferecendo-lhes carta de alforria para que seus filhos nascessem livres. **Os escravos, por**



sua vez, começaram a erguer o que seria a igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída em pedra canga. A obra foi paralisada por volta de 1817 por falta de recursos, pois os escravos não aceitavam ofertas, em dinheiro, dos brancos para concluí-la. Suas ruínas são hoje um dos principais cartões postais do Estado. (IBGE, s.d, s.p, grifo nosso)

Sobre as bases da rica história de Natividade nasce sua vocação turística atual. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

Natividade nasceu com a exploração do ouro e ainda existem as ruínas dos primeiros garimpos de ouro da região. Durante muitos anos, a cidade esteve na posição de um dos maiores arraiais da Capitania de Goiás, perdendo somente para Pirenópolis e ocupou lugar de destaque na extração de ouro. Em 1831, Natividade foi elevada à categoria de vila e, em 1901, a município, ao ser desmembrada de Porto Nacional. O período da mineração, no século XVIII, ficou marcado por edificações simples de fachadas despojadas, enquanto a economia baseada na pecuária, a partir do século XIX, deu origem às construções mais elaboradas e fachadas ornamentadas, refletindo a riqueza trazida por essa nova atividade econômica. Natividade ainda preserva a arte secular da ourivesaria, tradicional desde a época do garimpo de ouro e a produção artesanal faz uso da técnica rara da filigrana portuguesa, que sobreviveu ao tempo pelas mãos de mestres ourives nativitanos. (IPHAN, s.d, s.p)

Percebemos que as cidades nascem a partir de atividades econômicas importantes, e, no caso de Natividade, a atividade de extração mineral foi a que deu origem a um arraial, a uma comarca e a um município. Depois de cessada a atividade aurífera na cidade, Natividade parece ter ficado isolada em um rincão do Brasil e somente agora é vista como importante polo turístico do Tocantins.

Natividade é uma cidade única no Tocantins por causa de sua importância histórica particular. Ela pode ser considerada como uma cidade pequena para os padrões brasileiros, pois uma cidade pode ser entendida como pequena quando possui até noventa e nove mil habitantes. No Tocantins, poucas são as cidades que detêm mais de 99 mil habitantes, colocando Natividade em pé de igualdade com a maioria das cidades do estado. Notemos que o ouro trouxe mais de quarenta mil pessoas para a região no século XVIII, mas hoje tem um quanto deste quantitativo.

Vale pensar, também, sobre as dinâmicas econômicas das cidades amazônicas coloniais, servindo, muitas delas, como pontos importantes de parada, de comércio, de reabastecimento, de exportação, de extração mineral etc. Um exemplo relevante a ser citado como cidade colonial importante é o caso de Belém do Pará.



Sobre Belém, do povoado português “Feliz Lusitânia”, nasceu, em 1621, o município de “Santa Maria de Belém do Pará” ou “Nossa Senhora de Belém do Grão Pará”. Belém tornou-se importante entreposto fiscal no século XVII e alcançou seu auge econômico, no período colonial, em 1751, sendo a principal cidade da Amazônia, com importância comercial fundamental para a região. Com sua localização privilegiada para o transporte fluvial e marítimo, Belém sempre foi conhecida como a principal porta de entrada para a região Amazônica, impulsionando seu vibrante comércio e fluxo de pessoas. O atual mercado e ponto turístico de Belém, chamado de Ver-o-peso, de 1901, é remanescente do entreposto fiscal “Casa de Haver o Peso”, que funcionou na cidade de 1625 até 1899. Hoje Belém não detém somente sua importante posição comercial, mas, como capital do rico estado do Pará, coloca-se como uma das duas maiores e mais pulsantes cidades grandes da região norte, ao lado de Manaus e outras menores.

Neste caminho, vemos que as cidades coloniais na Amazônia detinham atividades econômicas específicas e que as caracterizavam em suas formas de vida. No caso de Natividade, da extração aurífera do passado, hoje temos uma importante atividade turística. Sobre o potencial turístico atual de Natividade, a Plataforma Integrada de Turismo (PIT) do Estado do Tocantins deixa-nos ver a riqueza histórica e religiosa deixada pelos portugueses e negros na cidade:

Obras arquitetônicas foram edificadas, como a Igreja de Nossa Senhora de Natividade, Igreja de São Benedito, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Igreja de Pedra) e diversas residências, feitas de blocos de barro e pedras, que hoje compõem o Centro Histórico de Natividade. E em 26 de agosto de 1833 foi concedido o título de vila. Rodeada por belas serras, composta por deslumbrantes obras arquitetônicas, banhada pelo Rio Manoel Alves e por diversas piscinas naturais encontradas em pontos variados das serras, Natividade passa a ser cidade em 01 de junho de 1891. Tendo como maior riqueza, o povo, com muita simplicidade, donos de uma culinária única, que contam suas histórias, causos e lendas nas portas das casas, grandes artesãos que produzem relíquias em ouro e prata, os nativitanos estão sempre prontos para receber todas as pessoas que se interessam em conhecer a mais antiga e bela cidade do estado do Tocantins. (PIT, s,d, s.p)

Natividade está localizada a 222,6 km da capital do estado do Tocantins, Palmas. Uma distância considerável, mas que não a impede de ser facilmente visitada desde Palmas ou de Brasília. Recebendo um forte fluxo de turistas, principalmente durante as festividades da cidade, percebemos a relevância da atividade turística na atualidade e o significativo número de empregos que tal atividade gera para seus habitantes.



Podemos compreender que durante o período de extração de ouro em Natividade, as relações assimétricas de poder imperavam entre portugueses, colonos, indígenas e negros escravizados, reverberando, também, nas atividades econômicas desenvolvidas pelas pessoas. Neste caminho, Thelma Borges e Wallace Rodrigues encaram a cidade como um espaço onde direitos devem ser garantidos e as pessoas possam circular sem interdições, o que não acontecia nas cidades coloniais brasileiras:

[...] consideramos a cidade local de disputas de poder e réplica do pensamento dominante, ela reproduz o patriarcado classista, racista, machista e homofóbico. Assim, o debate sobre cidade para a diversidade convoca-nos para a necessidade de se ocupar os espaços com corpos que, por si, reivindicuem seu lugar. Crianças, idosos, mulheres, trans, gays, lésbicas, travestis, negros, pobres, prostitutas, moradores de rua, todos têm direito à cidade e devem ter a função de retirar o planejamento das mãos dos liberais urbanos e entregar para os planejadores da boa vida, diminuindo a opacidade dada a essas populações. (BORGES; RODRIGUES, 2022, p. 27)

Ressaltamos aqui que foi o geógrafo Milton Santos quem estabeleceu a diferença entre “urbano”, que se liga ao abstrato e ao geral, já que é uma ideia que fazemos das *urbes* e suas funções; e a “cidade”, que seria o particular e o concreto, pois está materializada na realidade e faz sentido na vida das pessoas. A cidade seria para Santos, ao mesmo tempo, uma região e um lugar, mas fundada no real da vida. Milton Santos nos diz que:

O cotidiano é marcado, sobretudo nas cidades, com aquilo que Sartre chamou de efeito de residência. Esse cotidiano é delimitado pelo espaço contínuo e não por um espaço de pontos, ou de fluxos. É no espaço contínuo, onde todos os tipos de homens, todos os tipos de empresas, todos os tipos de instituições trabalham juntos, funcionam juntos e juntos estruturam a vida da comunidade e o espaço ao mesmo tempo. (SANTOS, 1996, p. 11)

Assim, é no cotidiano dos fluxos das cidades amazônicas, inseridas em um bioma verdejante mas não menos desafiador, que a vida também acontece. Não há só floresta, animais e verde na Amazônia, mas também há pessoas em cidades que trabalham e vivem suas vidas, como no caso de Manaus, Belém, Marabá, Santarém, Araguaína, Imperatriz, entre tantas outras cidades grandes, médias e pequenas da Amazônia legal. Nestes lugares as pessoas forjam suas realidades e desenvolvem atividades as mais variadas, algumas vezes até impensáveis no sudeste e sul do Brasil. Aliás, o sudeste e o sul do Brasil não conhecem verdadeiramente as Amazônias, suas realidades e suas cidades, diga-se de passagem.



Neste mesmo caminho, o professor Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior revela-nos que a Amazônia não é somente um lugar de floresta tropical, mas também é um território onde há uma importante diversidade urbana, como vemos aqui o exemplo de Natividade (cidade do entorno sub-regional da grande área da Amazônia Legal), fincada no meio de uma região extremamente rica em recursos turísticos e de flora e fauna exuberantes. Trindade Junior informa-nos que:

Reconhecer e entender a diversidade urbana que se anuncia no espaço amazônico significa dar visibilidade a uma multiplicidade de práticas socioespaciais existentes na região e, ao mesmo tempo, discutir possibilidades de políticas urbanas que possam se contrapor à urbanização padronizadora e pouco atenta aos modos de vida que revelam diferentes formas da relação homem-natureza e diferentes trajetórias histórico-culturais dos grupos sociais que se espacializaram e se territorializaram na região. (TRINDADE JUNIOR, 2022, p. 15)

Da passagem anterior podemos verificar que para cada cidade amazônica, seja ela de que tamanho for, há uma grande dinâmica de práticas socioespaciais que se relacionam com as diferentes histórias e “ciclos” econômicos dessas cidades e regiões. Não podemos nos esquecer da imensa variedade de povos que habitam a amazônia e a grande quantidade linguística da região, o que a faz ainda mais diversa e rica culturalmente.

Ainda, vale pensarmos, aqui, a partir do conceito de “direito à cidade” de David Harvey, já que não precisamos receber a cidade passivamente, mas podemos agir nela e sobre ela, buscando maneiras mais satisfatórias de vida urbana. Os determinismos geográfico, climático ou ambiental (entre tantos outros) não podem ser empecilhos para que possamos melhorar nossas cidades e torná-las mais humanamente habitáveis e mais aceitáveis às diferenças, preservando o meio ambiente e lidando com nossas mazelas de aglomerados urbanos (como soluções sobre o que fazer com o lixo orgânico produzido, por exemplo, ou como reciclar garrafas, roupas, plásticos etc). Harvey nos diz que:

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta trans#formação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. **A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos.** (HARVEY, 2012, p. 74, grifo nosso)

É importante, ainda, deixar que as pessoas que vivem nas Amazônias (é uma região muito grande em território e muito diversa) falem sobre si e suas cidades, deixando ver que cidades



desejam para si e os seus. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2018) revela-nos a Amazônia como uma região plural em muitos aspectos e onde seus habitantes têm pouco espaço de fala, já que as relações de poder retiram dos amazônidas a força de expressão pública num mundo capitalista neoliberal. Ele nos revela que há uma visão equivocada e ainda colonial de que:

Esvaziada de gente, a Amazônia é Natureza, fonte inesgotável de recursos que estariam reservados, no futuro, para outrem, quando, aí sim, cumpriria o papel de redimir nossas sociedades do “atraso” e do subdesenvolvimento. Assim, sendo futuro a região e suas gentes não é presente e, assim, o ciclo se fecha, pois, o vazio demográfico nos diz que não há ninguém presente, e a região está reservada no futuro a outros que vêm de fora. As ideias de “reserva” e de “vazio demográfico” se mostram, assim, coloniais. (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 28)

A Amazônia não é uma região esvaziada de pessoas e somente uma região a ser explorada. Porto-Gonçalves deixa-nos ver que esta é uma visão colonial sobre a Amazônia e que ainda perdura no imaginário de muitas pessoas (como aconteceu durante a ditadura militar de 1964 a 1985 ou durante o governo Bolsonaro, por exemplo):

Por ser a Amazônia uma região situada numa posição periférica no interior de países periféricos no sistema mundo capitalista moderno-colonial, lhes escapa até mesmo o poder de falar sobre si mesma. Sendo assim, prevalecem visões sobre a Amazônia, e não visões da Amazônia. E, mesmo quando se fala de visões da Amazônia, não são as visões dos amazônidas – principalmente de seus povos/etnias/nacionalidades e grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração – que nos são oferecidas. (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 25)

Ainda para Porto-Gonçalves, a visão colonial sobre a Amazônia como um território cheio de recursos naturais continua persistente em nossa sociedade brasileira neoliberal:

[...] o olhar colonial sobre a Amazônia se expressa na crença multicentenária de que se trata de um território de inesgotável e imensa riqueza, cuja exploração acelerada outorgará ao Estado uma quantia elevada de renda para compensar os desastres ambientais e sociais que todo este esquema provoca. (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 15)

E este foi o caso da cidade de Natividade, que foi deixada de lado assim que seus recursos minerais (ouro) foram explorados e as pessoas deslocadas e usadas para trabalharem na atividade mineral foram “largadas” pela região. Hoje em dia, novas formas econômicas, como o turismo, devem ser encontradas para que as pessoas tenham trabalho e possam viver sem sair de seus lugares, valorizando sua cultura, saberes e fazeres.

Não podemos nos esquecer de que quem constitui as cidades são as pessoas que nelas escolhem viver. A humanização dos territórios por meio de atividades econômicas é o que faz as cidades aparecerem, crescerem e existirem. Não podemos subjugar a relevância das pessoas na constituição e no funcionamento das cidades, mas pensar em cidades que viabilizem e facilitem a



vida de seus habitantes, cidades verdes e ambientalmente sustentáveis e responsáveis pela melhor forma de vida possível para seus habitantes.

Ainda, a história pode falar muito de quem somos, mas ela não pode definir nosso futuro e o futuro das cidades que habitamos, daí nossa tentativa de, pensando sobre as cidades amazônicas, fazer com que as pessoas pensem em melhores soluções para as cidades onde habitam e deixem de lado pensamentos arcaicos e improdutivos baseados em “visões” coloniais restritivas e deturpadas de realidade.

3 – ALGUMAS NOTAS FINAIS

Neste trabalho buscamos pensar sobre cidades coloniais amazônicas tomando como exemplo a cidade de Natividade, no estado do Tocantins. A partir de sua grande habitação durante o período de exploração aurífera, vimos que Natividade (na Amazônia Legal) não é somente um espaço de floresta, mas um lugar que também acolhe muitas pessoas que detêm as mais diversas formas de vida.

Assim, viver numa cidade amazônica brasileira pode ser muito diferente de viver em uma cidade de outra parte do Brasil. E a própria natureza pode ser um desses pontos diferenciais, já que propicia novas formas de relação homem-natureza. Sair do trabalho e poder tomar um banho de rio pode ser uma vantagem na cidade de Tocantinópolis em relação a quem vive em São Paulo, por exemplo.

No entanto, entendemos que podemos ajudar a transformar as nossas cidades em espaços e lugares mais agradáveis à vida humana, como bem nos deixou ver Harvey (2012). Mesmo as cidades com histórias coloniais devem buscar novas formas de se enquadrarem a novas atividades econômicas, sempre respeitando os ambientes naturais existentes e a diversidade de grupos sociais que nelas habitam. Isso não quer dizer que devemos deixar a história de lado, mas que podemos aprender a partir de nossas histórias coletivas e pessoais, questionando nosso presente para termos um futuro melhor para todos.

Por fim, devemos superar a visão colonial da Amazônia como um espaço a ter suas riquezas exploradas. Temos que ter sempre em conta a finitude dos recursos naturais e as mais variadas populações que habitam as várias Amazonas existentes dentro deste imenso território da Amazônia Legal. Não podemos nos esquecer da complexidade dos espaços urbanos e não urbanos amazônicos. Espaços esses resultantes de uma lógica capitalista de acumulação e exploração e de



experiências vivenciadas pelos variados grupos locais. Temos que, também, levar em conta os conhecimentos gerados pelos povos que originariamente habitam a região e utilizá-los na construção das cidades amazônicas. No entanto, entendemos que a interpretação das complexidades urbanas, intrinsecamente ligada às diferenças regionais internas, faz da Amazônia uma região com muito ainda a ser estudado e aprendido.

REFERÊNCIAS

- BORGES, T. P.; RODRIGUES, W. Introdução. IN: **Cidade para diversidade**. BORGES, T. P.; RODRIGUES, W. (orgs). Palmas, TO: Editora Universitária - EdUFT, p. 17-29, 2022.
- HARVEY, D. **O direito à cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades - Panorama**. Jan. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/natividade/panorama> Acesso: 14 dez. 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Natividade - História & fotos**. S/d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/natividade/historico> Acesso: 14 dez. 2023.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. História - **Natividade (TO)**. S/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1219> Acesso: 14 dez. 2023.
- OLIVEIRA, J. P. de. O Nascimento do Brasil: Revisão de um paradigma historiográfico. Anuário Antropológico. N. 1, p. 11-40, 2010.
- PIT. **Plataforma Integrada de Turismo**. Governo do Estado do Tocantins, s/d. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/pt/destinos/natividade> Acesso: 14 dez. 2023.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: encruzilhada civilizatória**. Tensões territoriais em curso. La Paz: IPDRS/CIDES e UMSA, 2018
- SANTOS, M. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, UFRGS, n. 21, p.7-14, ago. 1996.
- TRINDADE JUNIOR, S. C. da. Urbanodiversidade e pensamento crítico contemporâneo: reflexões a partir de cidades amazônicas. IN: **Urbanodiversidade: possibilidades e contradições**. PACÍFICO FILHO, Miguel; SILVA, Luis Octavio de Faria e; LIMA, Jandir Ferrera de; GOMES, Jairon Barbosa (orgs). Palmas, TO: Editora Universitária - EdUFT, 2022.